

# Plebiscito será realizado nos dias 17 e 18/10

*Propostas do 4º Congresso da USP serão submetidas ao voto da comunidade universitária*

O 1º Plebiscito do 4º Congresso da USP será realizado nos dias 17/10 e 18/10. Por meio dele, serão submetidas à comunidade universitária 25 diferentes propostas, aprovadas pelo 4º Congresso ou oriundas de seus grupos mistos de trabalho. Posteriormente serão realizados o 2º e o 3º plebiscitos.

Sete das propostas a serem levadas a voto no 1º Plebiscito dizem respeito ao tema acesso à universidade; outras sete, à permanência; oito à estrutura de poder e ao processo decisório; e três são relativas a fundações e autonomia.

O 4º Congresso da USP, realizado nos meses de abril e maio de 2001, teve como um de seus principais objetivos a realização desse grande plebiscito paritário, em que a comunidade se manifestaria sobre uma série de temas fundamentais da vida universitária.

A última plenária do Congresso estabeleceu que o Plebiscito seria realizado em três etapas, que abordariam os seguintes temas debatidos no Congresso:

1ª - estrutura de poder e processo decisório; acesso e permanência; fundações;

2ª - recursos humanos; carreira; avaliação interna; relações com movimentos sociais; espaço físico dos campi;

3ª - ensino, pesquisa e extensão; estrutura da graduação e da pós-graduação; financiamento e autonomia; orçamento.

## Jornal especial

A comissão responsável pela organização do Plebiscito, formada por representantes do Sintusp, Adusp, DCE e APG, decidiu encaminhar as seguintes atividades: 1) realizar dois debates, nos dias 15/10 e 16/10, sobre estrutura de poder, acesso e fundações, convidando os candidatos a reitor; 2) realizar o plebiscito nos dias 17/10 e 18/10; 3) elaborar a cédula de votação com itens sobre estrutura de poder e acesso, aprovados em plenárias, e itens sobre fundações, originados dos grupos mistos.

A comissão organizadora produziu um jornal especial sobre o Plebiscito, que estará circulando nesta semana. O jornal traz as cédulas já encartadas e todas as instruções para a participação no Plebiscito. A Adusp espera que todos os docentes participem massivamente desse evento, dada a importância das propostas em pauta no contexto atual, de sucessão na Reitoria, questionamento intenso do papel das fundações privadas na universidade e debates na Assembléia Legislativa sobre recursos orçamentários e acesso.

Aspecto do debate sobre a Guerra, no auditório da FFLCH, uma das atividades desenvolvidas durante a paralisação do dia 3/10.



Daniel Garcia

A professora Zilda Iokoi, uma das debatedoras, representou a Adusp

## Assembléia mantém posição sobre números do reajuste

Para debater os encaminhamentos da campanha salarial e a questão da sucessão na Reitoria, entre outros temas, a assembléia da Adusp reuniu-se no dia 3/10 no auditório Abrahão de Moraes, do Instituto de Física.

A assembléia decidiu indicar ao Fórum das Seis que seja mantida a reivindicação de cálculo do reajuste de outubro com base na fórmula acordada com o Cruesp, tomando como arrecadação do ICMS o piso de R\$ 23,7 bilhões, o que levaria a um reajuste entre 3% e 4% em outubro.

O piso de R\$ 23,7 bilhões leva em conta os R\$ 22,4 bilhões da previsão orçamentária original acrescidos do montante correspondente aos 6% do reajuste de maio, e dos recursos para o 13º salário da

Unesp, que originalmente não haviam sido computados.

### Escolha do Reitor

Sobre a sucessão na Reitoria, a assembléia decidiu manter a deliberação de organizar, de forma conjunta com a APG, DCE e Sintusp, um processo paritário de escolha do Reitor pela comunidade, que se realize juntamente com a primeira fase do Plebiscito do 4º Congresso, programado para os dias 17 e 18/10.

A assembléia delegou para o Conselho de Representantes a escolha do delegado e observadores da Adusp para o CONAD da Andes, que se realizará de 8 a 11/11 em Florianópolis, sob o tema "Serviço público é preciso: educação para superação da barbárie".

# Entidades convocam candidatos a reitor para debates nos dias 15 e 16/10

As entidades representativas da comunidade convocaram todos os candidatos declarados a Reitor para os debates a serem realizados nos dias 15/10 e 16/10, sobre os te-

mas que estarão em pauta no Plebiscito.

Foram convidados a participar desses debates os professores Ada Pelegrini Grinover, Adolpho Melfi, Antonio Massola, Erney Plessman Ca-

margo, Gil Marques, Hernan Chaimovich, Jair Borin, Magda Carneiro Sampaio e Tupã Gomes Corrêa.

O debate do dia 15/10 será no Anfiteatro da FAU, às 17 horas, sobre o tema

“Propostas Gerais e Estrutura de Poder”. No dia 16/10 o debate será no Auditório Abrahão de Moraes, do IF, também às 17 horas, sobre o tema “Fundações e Acesso”.

## GREVE NAS FEDERAIS

### Em vez de negociar, MEC parte para represália

Continua forte, em todo o Brasil, a paralisação dos docentes das universidades federais. Eles suspenderam suas atividades desde o dia 22/8, aderindo ao movimento dos demais servidores federais e dos técnicos administrativos das universidades — parados desde 25/7. O MEC recusa-se à negociação efetiva e decidiu suspender o pagamento dos trabalhadores em greve nas federais.

A pauta unificada de reivindicações inclui, entre outros itens:

- Realização de concurso público no RJU, contra os Projetos de Lei de Emprego Público;
- Reposição das perdas salariais: 75,48%;
- Incorporação das Gratificações;
- Direitos de aposentadoria, defesa da Previdência Pública, combate à PEC-136 e ao PL-9/99;
- Defesa dos direitos sindicais.

Na condição de servidores públicos, os docentes e funcionários das federais não receberam nenhum reajuste salarial desde 1995. A recuperação do poder aquisitivo de 1995 requer um reajuste de 75,48%. Além disso, eles temem possíveis cortes nas gratificações em razão dos recentes acordos com o FMI, a exemplo do que ocorreu a Argentina. Assim, a GAE, um direito já consolidado, tornou-se um alvo do governo.

Ademais, a GED e a GID trouxeram implicações extremamente negativas para o trabalho acadêmico e, ainda, levaram à quebra da isonomia entre docentes das carreiras de 1º e 2º graus e os de 3º grau, e da paridade entre ativos e aposentados.

#### **Liminar**

O MEC, por meio da Advocacia Geral da União (AGU), conseguiu cassar, no dia 4/10, a liminar obtida pela Andes-SN no Superior Tribunal de Justiça (STJ), e que fora deferida pelo ministro Gilson Dipp. A liminar determinava o pagamento da remuneração dos docentes por parte do MEC.

O ministro Gilson Dipp (STJ), ao reavaliar o processo, determinou que o MEC, na figura do ministro Paulo Renato, comprovasse o pagamento da remuneração dos docentes no prazo de 24 horas. Mas o ministro Ilmar Galvão, em exercício na presidência do Supremo Tribunal Federal (STF), cassou a liminar, que teve seu efeito legal suspenso. A Andes entrará com recurso para cassar a decisão proferida por Ilmar Galvão.

Frente ao endurecimento do governo, expresso no caráter evidentemente político da decisão de Ilmar Galvão em relação à liminar, o Comando Nacional de Greve da Andes indica aos comandos locais de greve e às assembleias gerais que a resposta

do movimento se dará, para além das ações jurídicas, através da manutenção da greve e fortalecimento do movimento, com intensificação das atividades de rua e ampliação da pressão sobre o governo pela abertura de negociações e atendimento das reivindicações da pauta unificada de greve.

A Assembléia da Adusp de 3/10 aprovou, por unanimi-

dade, moção de apoio à greve dos docentes das universidades federais e de denúncia da atitude do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, de coerção ao movimento. E indicou ao Fórum das Seis que apoie toda iniciativa da direção do movimento, bem como a discussão sobre como organizar e participar de uma campanha “Paulo Renato nunca mais!”.

### 2ª Marcha em Defesa da Educação Pública reúne 50 mil

A 2ª Marcha em Defesa e Promoção da Educação Pública, realizada em Brasília no dia 3/10, contou com cerca de 50 mil participantes, na avaliação dos organizadores. Durante a marcha, houve manifestação em frente ao Congresso Nacional — que se encontrava cercado por policiais militares armados, policiais montados e com cães.

Havia cerca de 4 mil policiais militares e 200 policiais civis durante o ato, inclusive com acompanhamento aéreo e uso de bombas. Agentes das polícias federal e civil se infiltraram no movimento, o que acabou por deflagrar conflitos entre estudantes e policiais, resultando em cinco estudantes presos (todos já libertados) e sete feridos, segundo a UNE.

A Andes-SN marcou presença, com a participação de 400 docentes. A Assessoria Jurídica do Andes-SN deu total apoio à UNE nos incidentes ocorridos durante a marcha. Ao final, cada representante das entidades presentes e parlamentares de partidos da esquerda discursaram a favor de uma educação pública gratuita e de qualidade e contra a política neoliberal de FHC.

# Reitores revêem plano de expansão do ensino superior e reduzem metas

Daniel Garcia

O deputado Cesar Callegari, vice-presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, participou do debate sobre a expansão do ensino público superior, realizado no dia 3/10 no anfiteatro da Geografia.

Callegari informou que, em uma reunião realizada nesse mesmo dia na Assembléia Legislativa, entre a Comissão e os reitores das universidades estaduais, estes apresentaram um novo plano de expansão, no qual são revistas metas e pressupostos do plano anterior.

Na reunião, os reitores sugeriram que o plano anterior não seria mais do que um pré-

projeto, o que surpreendeu os deputados e causou um certo mal-estar na reunião (leia texto nesta página).

## Documentos

No decorrer do debate realizado na Geografia, o professor Otaviano Helene, vice-presidente da Adusp, entregou ao deputado Callegari exemplares da proposta de expansão do ensino superior público em SP elaborada pelo Fórum das Seis e pelos DCEs. Callegari destacou o fato de que a proposta do Fórum e DCEs parte de um exame das disparidades regionais no tocante ao ensino superior.

O deputado também recebeu das mãos do profes-



Debate de 3/10 sobre expansão do ensino, na Geografia

sor Otaviano Helene um lote de documentos sobre as fundações privadas que atuam na USP, que serão encaminhados à Comissão de Educação da Assembléia Legislativa. A Comissão de Educação pretende realizar

debate sobre o tema, e o deputado havia solicitado a colaboração da Adusp.

Callegari elogiou o trabalho de esclarecimento realizado pela **Revista Adusp**, que vem publicando um dossiê sobre as fundações privadas.

## “Números foram revistos de forma surpreendente”, diz deputado Callegari sobre a nova versão

O plano de expansão do ensino público superior paulista apresentado em julho pelo Cruesp revelou-se um “mico”. Por um lado, a suplementação de R\$ 50 milhões destinada à implantação da primeira fase do plano não consta do orçamento de 2002 apresentado pelo governo estadual. Por outro lado, os reitores apresentaram à Assembléia Legislativa, em reunião realizada no dia 3/10, uma nova versão do plano, reduzindo drasticamente o número de vagas.

“A suplementação esperada não consta do orçamento e a nova versão do plano apresentada pelos reitores mostra inconsistência”, disse o deputado Cesar Callegari após a reunião do Cruesp com uma comissão criada na Assembléia Legislativa para acompanhar as demandas do ensino público superior e traçar propostas.

O plano original previa a criação de 130 mil vagas para os

próximos anos, a um custo de R\$ 300 milhões solicitados ao governo estadual. “Então, os reitores foram chamados à Assembléia para apresentar um estudo de viabilidade, demandas e recursos necessários. De lá para cá, o discurso dos reitores mudou. Trouxeram uma nova versão do plano em que os números foram revistos, de forma surpreendente”, denuncia Callegari. O Cruesp teria acenado apenas com 2582 vagas para 2002, contando para isto com a esperada suplementação de R\$ 50 milhões.

De acordo com o deputado, “as poucas bases que permitiam apresentar esses números como um plano de expansão, mesmo reduzido, em andamento, ruíram na última reunião”. Das vagas anunciadas, pelo menos 1082 já estavam aprovadas pelos conselhos universitários no primeiro semestre, antes do plano, portanto. As restantes seriam vagas de cursos sequenciais, “que não contam como aumen-

to das opções de graduação”.

Ainda de acordo com o deputado, a inconsistência do plano revelou-se também na proposta orçamentária para 2002, enviada à Assembléia pelo governo. Nenhuma suplementação foi incluída, e os recursos previstos para as universidades são menores do que a lei determina. “Em resumo, o governo não previu qualquer expansão”.

## Recursos a menos

Por lei, o governo estadual deve repassar anualmente às universidades estaduais paulistas 9,57% do ICMS arrecadado. Porém, de acordo com o deputado, a proposta orçamentária para 2002 toma como base de cálculo um montante menor. Foram excluídos do cálculo impostos ou recebimento de ICMS atrasado, os valores garantidos pela Lei Kandir (compensação pelo ICMS não recolhido) e 1% do ICMS destinado à habitação.

Em vez dos R\$

2.699.650.491,00 que as universidades deveriam receber do Tesouro estadual, a proposta orçamentária prevê R\$ 2.646.594.995,00. Isto é: uma diferença superior a R\$ 53 milhões. Se for considerada a suplementação de recursos proposta para a etapa inicial do plano do Cruesp, o valor total a menor chega a R\$ 103 milhões.

Além dos R\$ 2,646 bilhões provenientes do Tesouro, o orçamento prevê o ingresso de recursos próprios das universidades, da ordem de R\$ 97,4 milhões, e outras verbas menores. O total do orçamento das universidades, portanto, é de R\$ 2,767 bilhões.

Callegari pretende apresentar emenda ao orçamento prevendo os R\$ 50 milhões de suplementação, mas condicionando a liberação dos recursos à criação de 7.000 vagas nas universidades. Uma vaga em cursos de graduação custaria R\$ 7.200,00 por aluno/ano, segundo cálculo dos reitores.

## REUNIÃO TÉCNICA DE 4/10

# Receita de ICMS deve crescer 19% em 2002, mas Cruesp insiste na fórmula “reajuste zero”

Correu no dia 4/10, em Campinas, mais uma reunião da comissão de acompanhamento das contas, composta pelos técnicos do Cruesp e representantes do Fórum das Seis. A reunião foi aberta pelo secretário do Cruesp, professor Raul Vinhas Ribeiro, que distribuiu o gráfico “ICMS – Evolução nominal 2001”, reproduzido nesta página.

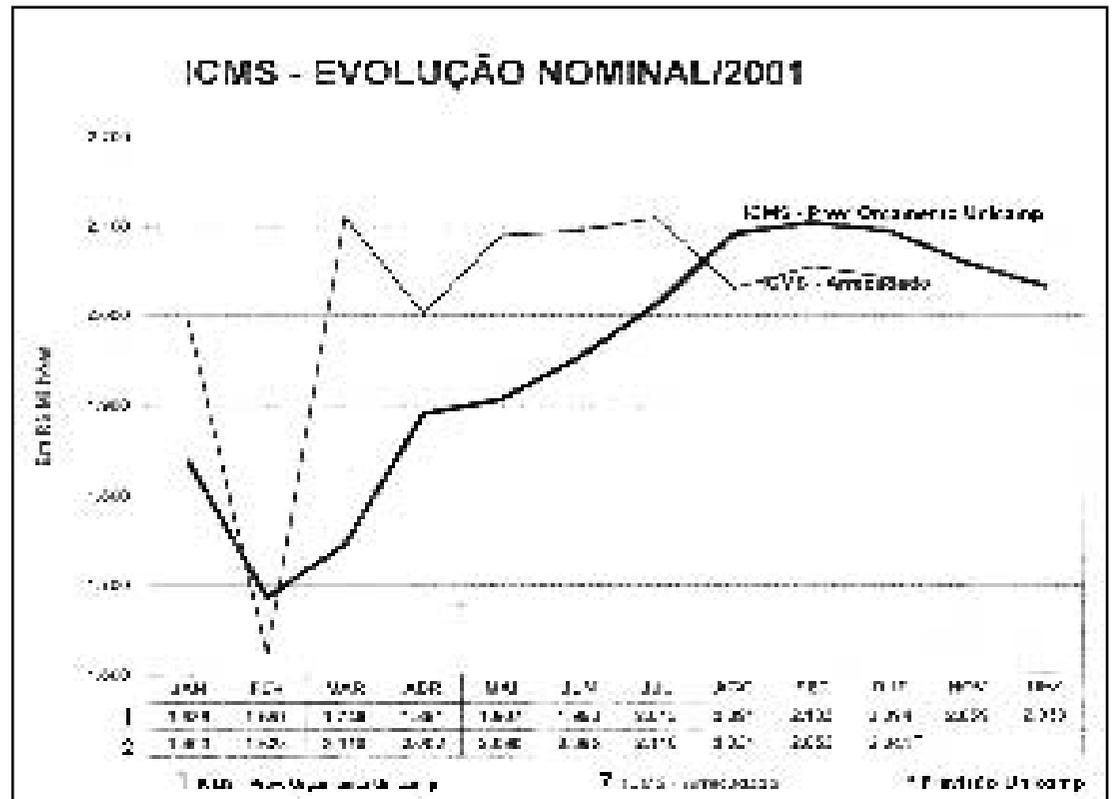
O gráfico, no qual o valor previsto corresponde ao considerado pelo Conselho Universitário da Unicamp para fazer seu orçamento, mostra com clareza que o ICMS fechará o ano em um montante acumulado muito superior ao previsto, uma vez que a área do gráfico acima do valor previsto até agosto supera em muito a pequena retração da arrecadação no segundo semestre.

Além disso, não há, nem mesmo para o governo do Estado, qualquer previsão de crise orçamentária para 2002. Tanto é assim que a proposta de orçamento do Estado, recém enviada pelo governo para a Assembléia Legislativa, prevê o total de R\$ 28,209 bilhões para o ICMS em 2002, ou seja, cerca de 19% acima do fechamento previsto para 2001!

### Perplexidade

O secretário do Cruesp passou aos representantes do Fórum um resumo do orçamento da Unicamp para 2001, dizendo que se conseguíssemos enxergar onde cortar os recursos ali previstos poderíamos então discutir reajustes, caso contrário estaríamos propondo quebrar a isonomia salarial entre as universidades.

Perplexos diante da lógica perversa dessa provocação, os representantes das enti-



dades manifestaram que o Fórum defende a isonomia com base em argumentos de ampla aceitação para sua manutenção e que é, sim, responsabilidade do Cruesp, como órgão de Estado encarregado de políticas comuns para as nossas universidades públicas, explicar para a comunidade a origem das diferenças de custeio entre as universidades e as formas para reduzi-las.

Cobrou-se também, com veemência, como é possível — e com qual responsabilidade — um Conselho Universitário aprovar um orçamento sem levar em consideração, minimamente, a previsão de reposição do percentual previsto de inflação, no item salários, quando é dito e reafirmado que o principal patrimônio das universidades são seus recursos humanos. Esses questionamentos do Fórum aos assessores técnicos do Cruesp permaneceram sem

resposta.

### 3% é possível

No desenrolar da reunião, os representantes do Fórum insistiram em que seria possível neste momento um reajuste de 3%, considerando-se, na fórmula de reajuste salarial anteriormente proposta, o piso para a arrecadação de 2001 de R\$ 23,7 bilhões, correspondentes aos R\$ 22,4 bilhões da previsão inicial acrescidos de R\$ 800 milhões por conta do reajuste de 6% concedido em maio, mais os recursos para 13º salário na Unesp, que não haviam sido originalmente computados pelo Cruesp. Porém foi em vão: o Cruesp insiste em usar a “fórmula de reajuste zero”, com a arrecadação estimada em R\$ 24,6 bilhões.

Ao final o professor Hélio Nogueira da Cruz, um dos representantes da Reitoria da USP na equipe do

Cruesp, propôs que na próxima reunião da comissão técnica com o Fórum, prevista para novembro, fosse feito o levantamento da evolução do ICMS e dos salários nos últimos anos. O Fórum aceitou prontamente essa sugestão, uma vez que já havíamos feito essa proposta, após a greve de 2000, quando da constituição da comissão.

Por fim, o Fórum enfatizou que os técnicos do Cruesp, que são os assessores econômicos das reitorias, deveriam responsabilizar-se por fazer com que as previsões de inflação fossem incorporadas às propostas de orçamentos encaminhadas aos Conselhos Universitários, no sentido de viabilizar políticas salariais mais estáveis e duradouras.

A propósito, fica a pergunta: que percentual de inflação a COP da USP está prevendo para recomposição dos salários em 2002?